

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 7/2022**

**Reunião ordinária pública de 24 de janeiro de 2022**

Ao vigésimo quarto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quarenta, no edifício da Junta de Freguesia de S. Vicente, sito na Rua do Fecisco, desta cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS), **Bárbara Seco de Barros** (CDU) e ainda os **Vereadores Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), e **Maria Helena Teixeira** (PS), em substituição dos Vereadores **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS) e **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), respetivamente, na sequência das comunicações dirigidas pelos próprios ao Excelentíssimo Presidente da Câmara, no passado dia 21 de janeiro, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada.-----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas nove horas e quarenta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foram presentes os seguintes documentos, que aqui se dão por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas:

- A. Resumo da tesouraria referente ao dia 18 de janeiro de 2022 ;
- B. Informação sobre o procedimento de elaboração do **projeto de Regulamento de Gestão do Arvoredo Urbano;**

- C. Relatórios de Execução Orçamental – 2.º e 3.º Trimestre de 2021 e Informação do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira – 1.º semestre 2021 – Empresas Municipais** - O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra aos Srs. Vereadores que nada referiram e submeteu à apreciação da assembleia municipal. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

1. **APROVAÇÃO DAS ATAS N.ºs 5/2022 e 6/2022 NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM E DEZ DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, RESPETIVAMENTE.** -----
2. **APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA PARA MATERIAL DE DESGASTE E DIDÁTICO:** Da Sr.ª Vereadora da Área da Educação, submetendo à aprovação do Executivo Municipal, a proposta de atribuição de apoio financeiro no valor global de **97.091,26 €**, discriminado nos mapas que se anexam à proposta, aos treze Agrupamentos de Escolas/Escola não agrupada, destinada à aquisição de material de desgaste e didático para as escolas do 1.º ciclo e estabelecimentos da educação pré-escolar, ao abrigo do disposto das atribuições e competências cometidas às câmaras municipais ao nível da ação social escolar, nos termos do artigo 14º, nº 2, do Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29 de agosto. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
3. **APOIO FINANCEIRO – CANDIDATURA AO PROJETO “BRAGA A SORRIR”:** Da Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica – Unidade de Saúde, submetendo proposta de apoio financeiro à candidatura ao Projeto “Braga a Sorrir” – Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses, no valor de **206.509,19 €**, para a continuidade do projeto “Braga a Sorrir – C.A.S.O.”, com o objetivo de continuar a contribuir para a inclusão social através da reabilitação oral da população bracarense carenciada. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS**



RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. VOTARAM CONTRA OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E MARIA HELENA TEIXEIRA. -----

4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE MEDICINA P5: Presente a seguinte proposta: *Considerando que:- Os cuidados de saúde estão a evoluir de forma significativa. A Medicina Digital representa, atualmente, uma das formas mais modernas e promissoras para o avanço e aplicação do conhecimento e da evidência científica, para a melhoria da saúde fazendo uma integração sinérgica entre os cuidados assistenciais e entre a investigação (com criação de conhecimento) e a aplicação do conhecimento (com melhoria dos cuidados prestados à população). – A Associação Centro de Medicina P5 tem como objetivos, entre o mais, a investigação na área da saúde e a prestação de cuidados de saúde, através de recursos digitais que permitem o acompanhamento do doente e, dessa forma, melhorar os seus cuidados de saúde individuais, bem como da população em geral. Considerando, também, que: – O Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, possui como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, designadamente, no domínio da saúde. Também de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alíneas o), u) e ff), do RJAL, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município, apoiar atividades de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, bem como promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal. – O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), no artigo F-1/2.º, estabelece que “A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local”. O artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB, determina que “Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”. – O Município de Braga tem desenvolvido várias ações de complementaridade com o propósito de assegurar o acesso aos cidadãos, seus munícipes, aos cuidados de saúde. A pandemia da doença Covid-19 veio conferir urgência à necessidade de criar e*





disponibilizar meios alternativos aos presenciais e às linhas telefónicas atualmente existentes, no sentido de facilitar e agilizar a realização de diagnósticos e o acompanhamento de doentes, para reduzir o enorme impacto que os constrangimentos e os condicionamentos relacionados com a pandemia da Covid-19 estão a provocar em doentes não Covid, que se veem limitados em aceder com regularidade e prontidão necessárias aos cuidados de saúde que a sua condição exige. – O Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – Covid 19, no artigo 35.º-U, referente aos «Apoios autárquicos de combate aos efeitos da pandemia», prescreve que “Para efeitos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º, bem como da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, considera-se apoio a atividade de interesse para a freguesia, bem como apoio à atividade económica de interesse municipal, respetivamente, a concessão de apoios, em dinheiro ou em espécie, a entidades e organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da doença Covid-19 ou recuperação económica no contexto da mesma”. Considerando, Por Fim, Que: – O Município de Braga entende como fundamental o apoio à Associação Centro de Medicina P5 – constituída pela Universidade do Minho e a Associação «Alumni Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da Universidade do Minho» –, uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Escola de Medicina da Universidade do Minho, no Campus de Gualtar, concelho de Braga, considerando que se apresenta como um projeto de saúde da Escola de Medicina – um projeto inovador, um modelo pioneiro em Portugal e na Europa –, o qual assume como desígnio contribuir para a melhoria do estado de saúde dos cidadãos por meio do recurso a tecnologias digitais, assim como fortalecer o Sistema Nacional de Saúde, através da adição de serviços com pouca expressão, como a monitorização contínua do estado de saúde do indivíduo e programas de promoção da saúde e prevenção da doença. – Em conformidade com o estatuído na Cláusula 3.ª, n.º 2, da Proposta de Protocolo de Colaboração, o Município se compromete a atribuir à P5 um apoio financeiro, no montante de € 100 000,00 (cem mil euros e zero cêntimos), destinado à concretização do objeto e das finalidades fixadas na Proposta de Protocolo. Nos termos do artigo F-1/9.º, do CRMB, o valor do apoio financeiro proposto considera-se absolutamente justificado, razoável e adequado, tendo em conta: O objeto e o conjunto alargado de ações, iniciativas e intervenções previstas na Proposta de Protocolo; A qualidade, o interesse e a relevância desse mesmo conjunto de ações, relacionadas com a melhoria do estado de saúde dos cidadãos mediante o recurso a tecnologias e plataformas digitais, a promoção da saúde, a prevenção da doença, a qualidade de vida da população do concelho, assim como o desenvolvimento de



*iniciativas de complementaridade, a nível clínico, no âmbito do surto epidemiológico provocado pelo novo coronavírus Covid-19; A capacidade de inovação e de investigação associada às intervenções constantes da Proposta de Protocolo; O amplo público-alvo, tomando em consideração que todos os munícipes de Braga poderão beneficiar das atividades indicadas na Proposta de Protocolo; A circunstância de a P5 se apresentar como um projeto de saúde inovador da Escola de Medicina da Universidade do Minho, um modelo pioneiro em Portugal e na Europa; E a plena conformidade das finalidades propostas com as linhas programáticas do Município na área social e na área da saúde, presentes nas Grandes Opções do Plano. ASSIM: Considerando tudo quanto foi referido anteriormente, proponho a submissão da presente PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE MEDICINA P5 à apreciação do Executivo Municipal, conforme o artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, alínea g), e o artigo 33.º, n.º 1, alíneas o), u) e ff), do RJAL, o artigo F-1/2.º e o artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB, e o artigo 35.º-U, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. A VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, DRA. SAMEIRO ARAÚJO". O referido protocolo dá-se aqui como reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.-----*

O Vereador Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa anotou que o apoio disponibilizado já o era à comunidade estudantil. O Presidente da Câmara esclareceu que o Programa P5 não estava acessível a todos os cidadãos de Braga, e que no protocolo se refere a um apoio cujo projeto estará acessível a todos os bracarenses. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. VOTARAM CONTRA OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E MARIA HELENA TEIXEIRA.** -----

5. **CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO:** *Da Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das minutas dos contratos-programa a celebrar para a época desportiva 2021/2022, conforme documentos que os instruem e deles fazem parte integrante, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - Decreto-*





Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e da Parte F, Título II, do Código Regulamentar do Município de Braga, com as seguintes ENTIDADES: 5.1 RS Ballroom Team Associação, no valor de 470,00 €; 5.2 Este Futebol Clube, no valor de 3.000,00 €; 5.3 Associação Columbófila do Distrito de Braga, no valor de 1.000,00 € e 5.4 Associação de Voleibol de Braga, no valor de 3.024,50 €." As minutas dos contratos-programa e os documentos que os instruíram dão-se aqui como reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

6. **RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021 – PROPOSTA DE VENDA DO CATÁLOGO “O LEGADO DE ANDRÉ SOARES”:** Da Divisão de Cultura, submetendo proposta de retificação da deliberação de 29 de novembro de 2021 – Proposta de venda do Catálogo “O Legado de André Soares”, nos termos da proposta que se anexa e que fica a constar da pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA TEIXEIRA E BÁRBARA SECO DE BARROS. -**
7. **(PROJETO DE) REGULAMENTO ESTRUTURA MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO – ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA:** Da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Sameiro Araújo, com as áreas de responsabilidade do Associativismo, Cidadania e Participação, presente a seguinte proposta: «Em reunião ordinária do executivo municipal de 2020/09/07, foi deliberado aprovar o início de procedimento relativo à criação do (novo) Regulamento da Estrutura Municipal de Voluntariado, cuja publicidade foi efetuada pelo aviso 9/2020 no site institucional do Município. Na referida fase (início de procedimento) não se constituíram quaisquer interessados. Assim, concluída agora a redação final do texto, cumpre, agora, uma vez que a natureza da matéria assim o justifica, submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na 2.<sup>a</sup> Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. Sugerimos, assim, que se submeta o Projeto de Regulamento ao Executivo Municipal, para aprovação da abertura do período de consulta pública. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA**



RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E MARIA HELENA TEIXEIRA. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

8. REGULAMENTO DE APOIO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA – PRIMEIRA ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL: *Sob proposta do Sr. Vereador com a área de responsabilidade da Habitação, Dr. João Rodrigues, submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação pela Assembleia Municipal, as alterações efetuadas ao Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 33.º e alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A Vereadora Maria Helena Teixeira* referiu que em julho o PS solicitou que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos e que descesse à Comissão Especializada da Assembleia Municipal. Na altura isso não foi feito, uma vez que o documento ainda estaria sujeito ao período de discussão pública. A Vereadora saúda esta regulamentação, referindo, no entanto, que o valor máximo atribuído pelo RADA é manifestamente insuficiente para as rendas que atualmente se praticam no mercado livre. Por esse motivo, reiteram que este documento deveria ter sido mais discutido. Por sua vez, a Vereadora Bárbara Seco de Barros referiu que acompanha a necessidade de atualizar o regulamento, apresentando, contudo, para análise, várias observações – que ficou de compilar num documento e fazer chegar aos serviços municipais – que, no seu entendimento, serão de analisar antes da aprovação deste regulamento, nomeadamente: onde se lê “pessoa portador de deficiente”, deve ler-se “pessoa portadora de deficiência”; no artigo 33.º n.º 5 a transferência deveria ser negociada com a concordância do arrendatário; no artigo 44.º n.º 3 – e embora se saiba que o despejo é sempre o último meio a utilizar – deveria reforçar-se a tentativa de resolução do conflito, que deixe sempre o despejo para a última instância... a CDU tem também vindo a dizer que as medidas de habitação a adotar vão para além da gestão do parque habitacional, passando também pela integração social, e mitigação da segregação. Para tanto, deveria a Bragahabit, EM. contratar psicólogos e sociólogos que auxiliassem nessas matérias. Ademais, há matérias que não deviam estar expressamente reguladas neste documento, nomeadamente as situações em que ocorre uma agressão a um técnico da Bragahabit, EM.: nestes casos, para a Vereadora, o problema devia ser resolvido em sede própria, e no momento respetivo, seguindo naturalmente, os trâmites legais. A





Vereadora referiu também que o RADA prevê como condição de acesso ao programa a residência em Braga há pelo menos 3 anos; no entanto, o Município deverá repensar outros instrumentos de apoio à habitação para quem não cumprir este requisito. O **Presidente da Câmara**, embora referindo que houve já uma fase de consulta pública em que tais contributos deveriam ter sido apresentados, anuiu em que fossem ainda considerados, solicitando a sua apresentação, por escrito, para posterior análise. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE RETIRAR DA ORDEM DE TRABALHOS COM VISTA A QUE SEJAM APRESENTADAS, POR ESCRITO, AS OBERVAÇÕES EFETUADAS PARA ANÁLISE.** -----

9. **REGULAMENTO DOS FUNDOS DE MANEIO DOS SERVIÇOS – ALTERAÇÃO** – Presente proposta com vista à aprovação do Executivo Municipal da alteração ao Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços, com fundamento na informação da DMG/DF/Divisão de Contabilidade. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA TEIXEIRA E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

10. **INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES (REF. CPE.4.19.DMOSM)** – Presente proposta de *ratificação da decisão de intenção de aplicação da sanção pecuniária no valor de 608.396.52€ (a adicionar o IVA à taxa em vigor), de acordo com as informações técnicas do gestor do contrato.* As referidas informações dão-se aqui como reproduzidas e transcritas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E MARIA HELENA TEIXEIRA.** -----



**11. RATIFICAÇÃO DO PARECER/DECLARAÇÃO EMITIDA PARA EFEITOS DE ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DA SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE DO DISTRITO DE BRAGA, NOS TERMOS DO ART.º 8º, N.º 1, DA LEI-QUADRO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI N.º 36/2021, DE 14 DE JUNHO** – Presente a seguinte proposta: Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o Parecer emitido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 6 de janeiro último, com os fundamentos constantes da informação prestada pela Divisão de Coesão e Solidariedade para efeitos de instrução do pedido do CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DA SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE DO DISTRITO DE BRAGA. com vista à atribuição do estatuto de utilidade pública, nos termos do art.º 8º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, conforme documentos em anexo, ao estabelecer que pode ser atribuído o estatuto de utilidade pública às pessoas coletivas que preencham, cumulativamente, determinados requisitos, entre os quais, a apresentação de parecer fundamentado da Câmara Municipal da área da sua sede.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**12. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Pelo **Vereador Hugo Alexandre Polido Pires** foram abordados os seguintes assuntos: -----

- Revisão do Plano Diretor Municipal: O Vereador questiona qual a data prevista para a sua conclusão e quais os critérios que presidem a esta revisão? -----

- Autocarro da TUB, EM. que ardeu no Bom Jesus: Sabe-se explicar o que aconteceu com o autocarro para que tenha ardido? O mesmo ainda poderá vir a circular? -----

-----Relativamente à última questão, esclareceu a **Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira** que se tratou de um problema elétrico e que não inviabiliza a utilização futura do autocarro. -----

-----Quanto à questão do Plano Diretor Municipal, o **Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues** começou por dizer que se espera que a mesma esteja concluída no final do mês de dezembro do corrente ano, continuando a explicação ao dizer que os serviços municipais têm reunido com os Presidentes de Junta de Freguesia, para que os mesmos apresentem os seus contributos, uma vez





que são as pessoas que melhor conhecem os terrenos e as necessidades das freguesias. Os limites das alterações a introduzir terão necessariamente de ser os legalmente previstos; no entanto, os pressupostos de alteração do PDM, embora baseados na lei, serão diferentes das outras cidades. O que marcará esta revisão será essencialmente a maleabilidade de classificação dos solos, que será, daqui em diante, maior, ou seja, obedecerá a um procedimento mais simplificado. A outra grande alteração passará pelas alterações a introduzir no regulamento do PDM, nomeadamente no que concerne às subcategorias de território. O regulamento pretende-se um documento mais simples e expedito. -----

-----Pela **Vereadora Bárbara Barros**, foi questionado para quando está prevista a reparação do passeio na Avenida da Imaculada Conceição (mais concretamente no lado mais próximo do Fujacal), uma vez que metade do passeio se apresenta em terra batida. -----

-----Respondeu o **Presidente da Câmara** que estas situações decorrem das intervenções efetuadas por algumas empresas (como sejam de eletricidade e/ ou gás), e que se aguarda que essa reparação seja concluída. -----

-----  
**ENCERRAMENTO:** Às 10h15m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----